



Entrevista com José Carlos Reis

Entrevistadores

CRACCO, Rodrigo Bianchini

SILVA, Tiago Viotto da

Em seu segundo número, a Revista Faces da História entrevista José Carlos Reis. Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Reis dedica seus estudos às áreas de Teoria da História e História da Historiografia. Sua contribuição é capital, com a publicação de diversos artigos e livros consagrados à reflexão sobre a teoria-metodologia da história e o lugar que ela ocupa na produção do conhecimento histórico. Dentre sua vasta produção, pode-se destacar as obras: *Tempo, História e Evasão*, *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC e A História Entre a Filosofia e a Ciência*.

Com formação mista em História e Filosofia¹, Reis, na conversa que segue, aborda as possibilidades de relação entre tais disciplinas, sobre os desafios dos profissionais que se dedicam a relacionar ambas as áreas, sobre o espaço da reflexão teórica no labor dos historiadores, bem como sobre as implicações ético-políticas envolvidas nas escolhas teóricas que constituem a prática do historiador. Além disso, o professor comenta, também, os trabalhos de Friedrich Nietzsche, Paul Ricoeur e Michel Foucault, pensadores que, cada qual à sua maneira, procuraram pensar a história.

Esperamos que a entrevista contribua não somente àqueles que se dedicam, especificamente, à área de Teoria e Filosofia da História, mas também a todos os estudantes e pesquisadores interessados em refletir acerca do próprio fazer historiográfico. Aproveitamos para agradecer a gentileza do professor Reis em conceder a entrevista para a Revista Faces da História. Boa leitura.

Revista Faces da História (RFH): *O tema do atual dossiê da Revista Faces da História é “História e filosofia: elos e confrontos entre genealogia e hermenêutica na historiografia”. A ideia de fundo, que orienta a publicação, é a complicada relação entre história e filosofia, seus desdobramentos e as*

¹ Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1981), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987), mestrado em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (1989) e doutorado em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (1992). É pós-doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1996/97), pela Université Catholique de Louvain (Bélgica, 2007/08) e está desenvolvendo atualmente um terceiro pós-doutorado na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

consequências para ambas as disciplinas. Como renomado pesquisador da área, o senhor poderia nos apresentar um panorama dessa questão, considerando a sua formação mista entre história e filosofia e baseado em seus estudos e publicações?

José Carlos Reis (JCR): Seria preciso distinguir as relações entre história e filosofia das relações entre historiadores e filósofos, embora possa parecer uma falsa distinção na medida em que não pode haver relação entre história e filosofia sem a mediação dos seus profissionais. Contudo, isso seria verdade se os historiadores detivessem o monopólio do estudo da história-realidade, que, na verdade, é muito maior do que qualquer escola historiográfica. Todo homem vive na história e, imerso nela, torna-se um filósofo e cronista da sua experiência. Todo homem é, em germe, filósofo e historiador e, nesse nível, as relações entre história/experiência e filosofia/reflexão sobre a vivência são intensas.

Mas, a pergunta é sobre as relações entre historiadores e filósofos, que são tensas. A tensão é maior, beirando a aversão total, por parte dos historiadores, que não entendem o modo filosófico de abordar o objeto “história”. Para eles, o filósofo o aborda com “ideias”, com “a priori”, com “pontos de vista fechados”, como se a história tivesse uma forma, um fio, uma trama, um sentido. O filósofo aborda a história sem frequentar arquivos, sem citar fontes primárias, sem descer ao chão da experiência e com uma fluência, uma eloquência, digna de um gênio ou de um hospício. Para o historiador, o filósofo, não importa qual a sua tendência, trata o tema da experiência temporal de forma irresponsável. Não é assim, como eles dizem, que os homens viveram, vivem e muito menos viverão. Essa resistência dos historiadores à especulação em história, por um lado, faz sentido.

Os filósofos, por sua vez, ignoram as objeções e censuras dos historiadores e realizam, intensamente, aquela situação inicial do homem diante da sua experiência. Para eles, os historiadores são técnicos competentes, mas não têm o monopólio do conhecimento histórico e não podem impedi-los de fazerem o seu trabalho. O historiador quer resolver com métodos e técnicas problemas que exigem “reflexão”, “perlaboração”, “pensamento” e operações cognitivas que não conhecem. É necessário e urgente pensar a história, atribuir-lhe alguma ordem e sentido, pois é preciso fazer escolhas e agir. A *existência* e a *práxis* desafiam a reflexão. Até mesmo um genealogista, que insiste em rupturas, descontinuidades, ausência, inessência, está procurando atribuir alguma ordem e sentido à experiência temporal. Eu diria que a história tem sido um dos temas maiores dos grandes filósofos, sobretudo, dos séculos XVIII, XIX e XX: Voltaire, Hegel, Marx, Comte, Nietzsche, Heidegger, Sartre, Foucault, Ricoeur e muitos outros.



Talvez, seja preciso ao estudante, profissionalmente, fazer uma escolha: “eu quero abordar a história como filósofo ou como historiador?” Feita a escolha, ele saberá como operar. Mas, se ele considera que filosofia e história são tão complementares que se deveria até escrever filosofia & história e quiser ser um “historiador-filósofo” ou um “filósofo-historiador”, como eu mesmo escolhi, como Henri I. Marrou, R. G. Collingwood, François Dosse escolheram, terá de conviver com a previsível resistência e objeções de uns e outros. Quem fez essa escolha, e são poucos, tem uma vocação dupla e deve tentar articulá-la da melhor maneira e o resultado pode ser muito positivo e produtivo, apesar das dificuldades de inserção institucional e de reconhecimento pelas duas comunidades, para obtenção de bolsas, para ser aceito em concursos públicos.

Afinal, ele é um “estranho” para uns e outros.

RFH: *Sabe-se que parte dos historiadores considera a pesquisa teórica uma vertente bastante específica e que deve ficar a cargo de poucos pesquisadores experientes (essa posição reflete, em geral, a famosa afirmação de Pierre Chaunu). Outros, contudo, defendem a necessidade de uma ampliação do debate teórico entre o maior número possível de profissionais, visando ao aprimoramento do debate e uma crescente lucidez quanto à apropriação de diferentes fundamentações teóricas. Conforme sua experiência nesse campo de trabalho, qual a relevância do trabalho do historiador epistemólogo?*

JCR: A teoria da história não se restringe à epistemologia. A história propõe inúmeras questões à reflexão teórica: políticas, estéticas, éticas, teológicas e filosóficas. A teoria da história é um campo amplo que coloca em diálogo filósofos, historiadores, sociólogos, antropólogos, literatos, psicólogos e psicanalistas. Ela deve estar a cargo, não apenas, de “pesquisadores experientes”, ou seja, mais velhos, mas de todo aquele jovem que tem aquela dupla vocação, que deve começar a praticar o mais cedo possível, para, finalmente, tornar-se um “pesquisador experiente”. Ele terá de enfrentar a resistência dos “empiristas”, que vão lhe dizer o tempo todo que o que ele faz “não é história”. E o fazem com uma fisionomia rancorosa! E perseguem institucionalmente esses “filósofos” como historiadores amadores. Eu mesmo, às vezes, apesar de uma extensa produção de relativo reconhecimento, sinto-me caçado pelos corredores institucionais: “peguem aquele não historiador”. Confesso que isso me constrange e desestimula a minha pesquisa. Apesar disso, é o que aprecio fazer e acho a área de teoria-metodologia central na cultura histórica, incluindo aí a interlocução com os filósofos (e sociólogos, antropólogos, críticos literários, psicólogos). E todo curso de história deve ter um conjunto de disciplinas dedicadas a essas discussões, dirigidas por professores com vocação teórica e bem preparados.



Elas formam o “sujeito da pesquisa”, o historiador, que deve ser um pensador/ problematizador das fontes.

RFH: *A expressão “teoria da história” comporta inúmeras acepções. Desde uma teoria sobre o conhecimento produzido pelos historiadores até um debate que extravasa as fronteiras da disciplina. Várias instituições de fomento à pesquisa, por exemplo, têm uma área comum intitulada Teoria e Filosofia da História². Todavia, em outras situações, apresenta-se teoria e método como elementos ou etapas apartadas na construção do conhecimento histórico. Gostaríamos que o senhor nos falasse sobre as diferenças e/ou afliências entre método, teoria e filosofia da história.*

JCR: Não considero “teoria” e “método” como etapas apartadas na produção do conhecimento histórico. Eu prefiro utilizar a expressão “teoria-metodologia”, porque não há “método” que não pressuponha problemas e hipóteses, escolhas de objeto, de fatos e processos, de técnicas e abordagens, de fontes. Para mim, a teoria antecede e define a metodologia que, a rigor, não existe, no sentido puramente técnico do termo. Toda metodologia é uma “construção”, orientada por obras referenciais teórico-filosóficas e historiográficas. Nenhum historiador aplica um “método” exatamente igual ao outro. O trabalho do historiador é criativo, heurístico. Ninguém pesquisou e escreveu a história exatamente como fizeram Braudel, Marx, Ginzburg, Michel de Certeau. Eles funcionam como referência, como modelo, como inspiração, mas toda obra histórica válida é teórico-metodologicamente original. Eu diria que “história é teoria”, porque não são as fontes que definem o que vai ser narrado, mas a perspectiva, a direção, o ponto de vista do historiador. No final, a pergunta que se faz ao historiador é: a que escola de pensamento histórico você pertence? Você se situa em qual grupo historiográfico? Quer dizer, como você representa a temporalidade, o objeto, a fonte, o método, a técnica? E o historiador se vê obrigado a explicitar a teoria-metodologia que sustenta a sua pesquisa.

RFH: *No texto “A operação historiográfica”³, Michel de Certeau estabeleceu como incontornável a questão do lugar social para a história da historiografia. Em suma, seria fundamental pensar a relação da produção historiográfica com a sociedade em dois sentidos: as formas como historicamente a sociedade oferece/impõe problemas para a operação historiográfica e os efeitos do produto dessa operação na sociedade. Naquelas poucas linhas, Certeau oferece apenas algumas pistas de um método para pensar essa questão e, aparentemente, recusa o método sociológico aplicado,*

² Reconhecida como uma subárea da História, com o número 70501009. Conforme Tabela de Conhecimento da Capes. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>

³ CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.



por exemplo, por Pierre Bourdieu. Como o professor pensa essa questão? E o que tem a nos dizer a respeito do historiador como sujeito social?

JCR: Esse texto “bíblico” de Michel de Certeau, profundamente foucaultiano, apesar da linguagem barroca, quer dizer algo simples: nenhuma pesquisa histórica é feita fora de instituições, que estabelecem o conceito e as regras da sua fabricação. Nenhuma obra histórica é alheia à sociedade/época em que foi produzida. Febvre pôde combater a história que chamava de positivista/historicista, porque percebeu que a sociedade mudara e exigia uma nova abordagem do seu passado, percebeu que ela estava insatisfeita com as instituições históricas e impunha a recriação dessas instituições. Enfim, todo trabalho intelectual é, ao mesmo tempo, uma criação individual, institucional e social. E ele mostra como funcionam as pressões institucionais e sociais. Eu sou crítico desse texto, porque acho que ele fecha as possibilidades de criação individual, submete o trabalho histórico a coerções, impõe uma linguagem uniforme, que, muitas vezes, indivíduos talentosos conseguem contornar e superar. Provavelmente, contra a disciplina institucional de Michel de Certeau, os melhores trabalhos históricos sejam aqueles que não se submeteram às instituições e pressões de uma época e conseguiram inaugurar um novo tempo. Ao abrir um novo tempo, o historiador torna-se um “sujeito social” precioso, importantíssimo. Os clássicos da historiografia brasileira foram produzidos por esses indivíduos talentosos que, com um uso original de teorias-metodologias existentes, fizeram uma nova configuração da experiência temporal, atribuindo-lhe um novo sentido e abrindo o seu horizonte de expectativa. Muitos clássicos da historiografia brasileira não foram produzidos por historiadores *stricto sensu* e são bastante influentes nas pesquisas históricas. A sociedade precisa muito desses “sujeitos sociais”, os historiadores, que se submeteram/romperam com coerções institucionais e sociais. Hoje, se não houver uma revisão/ruptura com essa “escrita institucional” da história, os jornalistas vão se tornar os “historiadores” do nosso tempo.

RFH: *Em sua visão, quais as implicações ético-políticas das escolhas e filiações teóricas para a prática do ofício do historiador?*

JCR: A obra histórica pode contribuir para a conservação do *status quo* ou para a sua transformação. As implicações ético-políticas das escolhas e filiações teóricas são essas: você quer manter a ordem e, para isso, você se torna cego e acrítico aos seus problemas, ou você quer transformar a ordem e, para isso, você precisa mostrar suas limitações e dificuldades e tornar-se um crítico social? Para mim, e essa é a minha escolha, uma historiografia deve ser crítica do seu tempo e sociedade pela mediação do passado. Ou melhor, o sentido da ida ao passado é a problematização do presente e a abertura do horizonte de expectativa. Um historiador que não seja crítico social,



para mim, não faz muito sentido. Benjamin distingue o historiador “empático com o vencedor” daquele que é “empático com os vencidos” e abomina o primeiro. Para mim, e essa é a minha escolha ético-política, bom historiador é aquele que narra o tempo vivido a contrapelo. Mas, há os que preferem se adaptar ao presente e à sociedade atual e ensinam que “a escravidão foi legal e consensual”, que “a Ditadura foi apenas uma época histórica”, que “a inquisição fez sentido em sua época”, que “o nazismo foi um regime político histórico”, que se deve “compreender e reconstruir” em seus próprios termos, sem uma atitude crítica, que é definida como “preconceito”, “anacronismo”. O conceito historista de “compreensão” é muito complacente com o passado e pode ser perigoso para o presente-futuro. É a esse “historismo compreensivo”, conservador que Benjamin rejeita e eu também.

RFH: *Quanto ao tema de nosso dossiê especificamente, podemos destacar a presença de um pensador como fundamental, tanto à genealogia quanto à hermenêutica, em suas ilações históricas: trata-se de Friedrich Nietzsche. Como o senhor avalia a importância de Nietzsche para a consciência histórica ocidental?*

JCR: Nietzsche é um autor fundamental para a historiografia, pois criou o “método genealógico”, consolidado por Foucault, que exerce uma profunda influência na historiografia atual. A sua obra *“Da Utilidade e Desvantagens da História para a Vida”*⁴ é espetacular. Para mim, há dois Nietzsche: um admirável, o *desconstrutor* da cultura moderna, do platonismo, do cristianismo, do hegelianismo, que é absolutamente necessário conhecer, para quem quer pensar a história ocidental e a historiografia. A sua atitude altamente crítica em relação à moral, ao poder, à ciência, aos conceitos e à verdade, à “bondade humana”, quem não a conhece é ainda ingênuo. O segundo Nietzsche é o *reconstrutor* da cultura, talvez, o “pós-moderno” e, em relação a esse, sou crítico e resistente. As suas proposições anti-modernas me deixam assustado e preocupado e prefiro não ensiná-las. O elogio do Superhomem, daquele que está além do Bem e do Mal, a ênfase no corpo e natureza, nos instintos, no animal, na força, a tese de que “viver e ser injusto são a mesma coisa”, acho que ainda sou muito socrático para admitir. A compaixão e a capacidade de co-sofrer, não quero perdê-la jamais. A obra póstuma *A Vontade de Potência*⁵, com o seu “racismo científico”, vejo-a, francamente, como uma orientação nazista. Já imaginaram como seria uma sociedade nietzschiana? Já me disseram “isso é porque você não sabe nada de Nietzsche!” Pode ser. Já me disseram também que “eu não sabia nada de Marx”. Eu prefiro assim. Essa história

4 NIETZSCHE, F. *Segunda consideração extemporânea: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução: Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Texto de 1874.

5 NIETZSCHE, F. *A vontade de poder*. Tradução e notas: Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.



de “saber tudo” é fanatismo, dogmatismo, fundamentalismo, enfim, “burrice”. Tenho medo de nietzschianos, marxistas e cristãos maciços, brandindo as suas bíblias, transtornados. Para eles, serei fraco demais, ou alienado-inerte demais, ou pecador demais e o meu extermínio seria justo. Eu prefiro saber menos e duvidar, sempre. Descartes é a minha referência: duvido sempre, metodicamente. E se esses crédulos/fanáticos acham que vou me submeter/ converter às suas interpretações fechadas, oficiais, únicas, às suas seitas, podem esperar sentados.

RFH: *Os livros de Michel Foucault eram, declaradamente, de cunho histórico. Mesmo assim, ainda que pautados em farta referência documental, os trabalhos arqueológicos e genealógicos desenvolvidos pelo pensador francês pouco se assemelhavam ao labor dos historiadores de ofício. Este último aspecto, em particular, gera algumas resistências quanto a um possível uso do pensamento foucaultiano como referencial teórico e metodológico para a história enquanto disciplina. Conforme sua perspectiva, de que modo o diálogo com o pensamento de Foucault pode ser profícuo à produção de conhecimento historiográfico?*

JCR: Na minha opinião, o pensamento histórico praticado pela historiografia, hoje, é profundamente foucaultiano. Todas as suas teses estão orientando a historiografia, o que prova que a historiografia não tem autonomia em relação aos filósofos. O que os historiadores pesquisam hoje? As ações de indivíduos e grupos, as suas estratégias, as suas negociações que expressam a sua “vontade de poder”. O que Foucault ensinou é que não há história global ou geral que se imponha aos indivíduos a ponto de impedi-los de estabelecer seus próprios objetivos e lutar pelo que desejam. Todos têm poder e não há nenhuma estrutura cega ou verdade absoluta ou necessidade teleológica que imobilize ou encaixote os indivíduos. Os indivíduos são capazes de se adaptar, de se representarem de outra forma para atingirem seus objetivos. Não há identidades fixas, estáveis, essenciais que endureçam a necessária flexibilidade para se buscar o poder. Se identidade houver, ela se constrói na história e, no final, são “máscaras” que foram usadas mediante um cálculo político. Nada é estável, essencial, natural. Foucault desnaturalizou, desconstruiu, historicizou todos os objetos históricos, enfatizando as “práticas históricas”. A ciência, a política, a economia, a arte, a sexualidade, a família, o homem, a mulher, a criança, a educação são “práticas de poder”, de disciplina-resistência, combates que dão formas imprevisíveis à experiência histórica. Mas, Foucault não a vê, mas há uma história global que se impõe aos indivíduos e direciona os seus combates: o processo civilizador, a globalização, a europeização do Planeta, a expansão do capitalismo mundial. Quem enfatiza essa macro-história é Norbert Elias. O homem foucaultiano é adequado à sociedade-moderna capitalista global, seus



combates e práticas realizam o processo civilizador. A dupla Elias (macro) e Foucault (micro), para mim, é que orienta a “história dos vencedores” atual.

RFH: *Nota-se, a partir de meados da década de 1980, um progressivo aumento da leitura da obra de Paul Ricoeur entre os historiadores. No que tange em especial à questão epistemológica, a ressalva acerca de sua hermenêutica é, pelo menos, dupla: seja por um grupo de historiadores defensores da objetividade das fontes, seja por outro de defensores da utilização de métodos científicos de forma mais austera. Como o senhor vê a contribuição teórica de Ricoeur para os historiadores?*

JCR: A contribuição de Ricoeur à historiografia, hoje, parece-me menos contundente do que a de Foucault. Talvez, seja uma influência anti-foucaultiana. Ricoeur limita o impacto iconoclasta de Foucault. Nesse sentido, é uma contribuição importante, porque lembra a necessidade do “reconhecimento” que se obtém com a “narrativa”, sempre recomeçada. Ricoeur valoriza o “trabalho de memória”, não para que o passado oprima o presente, mas para que o presente “tome consciência” e se liberte do passado. O “círculo hermenêutico”, que é uma narrativa sempre recomeçada da experiência, que repercute na experiência, modificando-a, gerando cada vez mais reconhecimento e tornando o sujeito cada vez mais capaz de agir com responsabilidade, é uma contribuição importante. Estamos longe de Nietzsche e Foucault: há um sujeito, que não tem uma memória-consciência absoluta, mas tem; há uma identidade, que não é consciência absoluta, que inclui alguma alteridade, mas existe; há um conhecimento, que não é um domínio completo da realidade, mas é; há uma dialética, que não chega à síntese absoluta, mas se mantém; há um projeto ético-político de “viver juntos na diferença”, que é um reconhecimento limitado, mas é um horizonte democrático. O caminho é longo, quebrado, difícil, mas narrável, reconhecível e o “homem capaz” poderá vencê-lo.

Após Nietzsche e Foucault, Ricoeur reconstrói a tradição socrático-cristã-kantiana-hegeliana-husserliana Ocidental atualiza-a, tornando-a menos rígida, fechada e autoritária. Gosto de circular entre os dois: quando Foucault ultrapassa o caminho de liberdade que propõe e começa a elogiar o indivíduo predador, além do Bem e do Mal, “seguro na mão de Ricoeur”. Quando este ultrapassa o projeto poético de reconhecimento e começa a pregar como um calvinista enfurecido, deixo-o falando sozinho e volto à liberdade foucaultiana. A verdade é poliédrica, os dois têm razão e ainda há razão para outros também.

RFH: *Para finalizar, gostaríamos de agradecer a entrevista e saber sobre suas atuais pesquisas. O que podemos esperar de suas próximas publicações?*



JCR: Tenho um projeto de pesquisa intitulado “*Tempos e Narrativas do Brasil*”, no qual analiso obras selecionadas de seis autores: José Murilo de Carvalho, Fernando Henrique Cardoso, Raimundo Faoro, Evaldo Cabral de Mello, Raimundo Moraes e Darcy Ribeiro. Estou desenvolvendo essa pesquisa em um pós-doutorado, no Instituto Histórico/UFRJ, sob a supervisão da Profª Marieta de Moraes Ferreira, com bolsa CNPq. Ele foi concebido para ser uma espécie de *Identities do Brasil* 3⁶, uma continuidade à história do pensamento histórico brasileiro que fiz nos primeiros volumes. Eu gostaria de terminar bem esse projeto e isso significa com uma boa publicação. Ando muito interessado no “pensamento brasileiro” historiográfico, filosófico, literário. Ou no Brasil nunca se pensou? Acho que sim, nós é que nunca valorizamos a língua brasileira, os nossos autores, as nossas próprias produções. Enfim, ando fazendo teoria-metodologia da historiografia brasileira, estou continuando a minha “história do pensamento histórico brasileiro”.

Eu é que agradeço a oportunidade dessa entrevista. Abraços.

6 Cf. REIS, J.C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008 e REIS, J.C. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

